



José Jorge cobra debate amplo sobre modelo energético

Página 8



Jefferson pede cuidado na seleção de países a serem visitados por Lula

Página 7



# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano IX - Nº 1.841 - Brasília, sexta-feira, 5 de dezembro de 2003

## Empréstimo para São Paulo perde urgência

Senadores decidem encaminhar proposta à Comissão de Justiça para verificar se ela atende aos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Página 3

## Orçamento deve ser votado até o dia 19

Comissão define datas na tramitação do Orçamento para o próximo ano. Exame de relatórios setoriais começa na terça-feira.

Página 2

## Lançado Observatório da Cidadania

Documento, elogiado pelos senadores, foi apresentado em audiência pública promovida pela Comissão de Relações Exteriores.

Página 6

# Líderes fecham acordo e CCJ aprova a paralela

Ao fim de quase dois meses de negociação, o governo faz concessão nas normas de transição entre o atual e o futuro sistemas de aposentadorias do servidor público. Em poucas horas, Comissão de Justiça acolhe substitutivo de Tião Viana



**HARMONIA** Sarney recebe de Lobão texto aprovado pela CCJ e aplaude resultados da negociação, que considerou "um avanço extraordinário"

**Q**uem optar pela transição entre o atual e o futuro sistemas de aposentadorias terá que completar 25 anos de serviço público e mais dez de iniciativa privada. A redução de

dez anos no tempo de serviço público exigível para a habilitação ao benefício da transição – previsto no texto da proposta – foi a base do acordo entre os líderes partidários no Senado. Logo depois, a Comissão de Jus-

tiça se reuniu extraordinariamente e, em poucas horas, aprovou a emenda paralela, que agora vai ao Plenário. Senadores de todos os partidos elogiaram a decisão, que foi levada ao presidente do Senado, José Sarney.

Página 5

# TRIBUTÁRIA

Líder do PMDB, Renan Calheiros, entrega a Aloizio Mercadante documento com propostas de mudanças na reforma

Página 4

# Orçamento: novo cronograma para votação

Parlamentares estabelecem data-limite para apreciação da matéria orçamentária

Ficou acertado na reunião da Comissão Mista de Orçamento (CMO), realizada ontem, o cronograma para tramitação da proposta orçamentária de 2004 (PL 31/03). A data para votação do parecer final na comissão e no Plenário do Congresso Nacional foi agendada para o dia 18, ou 19 deste mês.

Segundo o relator-geral, deputado Jorge Bittar (PT-RJ), os relatórios setoriais devem começar a ser examinados na próxima terça-feira. O término da votação deve ocorrer até



**PRAZO** Relatórios setoriais serão votados até o próximo fim de semana na Comissão de Orçamento

sexta-feira ou sábado, dia 13. O senador Hélio Costa (PMDB-MG) informou que há entendimentos para que a CMO trabalhe nos fins de semana para

concluir o exame da proposta orçamentária e do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007.

Com o objetivo de evitar que as pressões para o acolhimen-

to de emendas pelos relatores setoriais emperre a tramitação do orçamento, Bittar anunciou entendimento firmado, objetivando que os destaques fiquem para a fase final do seu relatório. Dessa forma, poderá haver uma avaliação melhor dos efeitos da reforma tributária sobre as receitas orçadas, e ainda conhecer o reforço que poderá vir de outras matérias que ainda dependem de aprovação no Congresso, como a medida provisória que terminou com a cumulatividade da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

## Receita

Bittar disse que o Comitê de Receita aponta queda de R\$ 121,2 milhões em relação à proposta do Executivo de R\$ 402,16 bilhões. Essa redução

deverá ser compensada, segundo o relator, pelo aumento da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre fumo e bebidas. Ele estima que a revisão do superávit fiscal de 2004 possibilite margem superior a R\$ 500 milhões em relação ao orçado pelo Executivo e que esses recursos vão ajudar a compor a receita e a acomodar os pleitos dos parlamentares.

Para Hélio Costa, "não adianta aprovar R\$ 1,5 bilhão para Minas Gerais e depois só liberar R\$ 250 milhões, como ocorreu no orçamento passado".

Bittar afirmou que obteve posição do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, de que o governo não contingenciará as receitas aprovadas pelo Congresso.

## Plenário aprova mais cargos para o TCU

O Plenário aprovou projeto de lei da Câmara que cria 600 cargos de analista de controle externo no Tribunal de Contas da União (TCU) e sete funções de confiança. O requerimento de urgência é do senador Tião Viana (PT-AC).

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o projeto (PLC 96/03) teve parecer favorável do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). Ele disse que a iniciativa, além de ajudar no combate à corrupção, suprirá carências no quadro de pessoal do TCU, agravadas, segundo o órgão, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, quando foram incluídas fiscalizações em entidades privadas beneficiadas com recursos públicos.

## Agenda

### Começa o segundo turno da reforma previdenciária

A primeira sessão de discussão, em segundo turno, da reforma previdenciária (PEC nº 67/03) tem início às 9h. A proposta foi aprovada em primeiro turno com 55 votos. O Plenário vai votar projeto que suspende, por 12 meses, o pagamento de serviços de dívidas de Alagoas e de Pernambuco junto à União (PR nº 75/00).

### Cultura ao Meio-Dia exhibe o filme *Extermínio*

O projeto Cultura ao Meio-Dia exhibe hoje, às 12h, o filme *Extermínio*. A produção inglesa de terror conta a história de um grupo que tenta sobreviver ao ataque de

um vírus que mata ou altera quase toda a raça humana. A sessão, no Auditório Petrônio Portella, é aberta ao público e tem entrada franca.



### Música de qualidade na TV

No *Conversa de Música* de hoje, exibido pela TV Senado às 21h30, mostra o Duo Brasília, de flauta e piano. Às 24h, Arthur da Távola apresenta o *Quem tem medo da música clássica?*, que fala sobre o trabalho do músico e compositor Wagner Tiso e do grupo Rio Cello Ensemble.

### Visite o Senado

O projeto Visite o Senado oferece à população passeios com guias especializados. A visita começa no Salão Negro. Nos dias úteis, os horários são 9h30, 10h30, 11h30, 14h30, 15h30 e 16h30. Nos sábados, domingos e feriados, às 10h, 11h, 12h, 13h e 14h.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)

## CCJ vai debater antecipação da maioria

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) irá discutir a possibilidade de redução da idade para imputabilidade penal, hoje fixada em 18 anos. Os membros da comissão aprovaram ontem requerimento do senador Amir Lando (PMDB-RO) para a realização de audiência, em data a ser fixada, e a lista dos convidados por ele sugerida.

Lando informou que tramitam atualmente na comissão quatro propostas de emendas constitucionais (nºs 26/02, 18/99, 20/99 e 3/01) sobre essa matéria, que ele classificou como "muito complexa e polêmica". O senador lembrou que o assunto vem sendo muito debatido na sociedade, com correntes de opinião diversas.

– É tema de alta relevância e envolve aspectos jurídicos e sociais controvertidos, recomendando, portanto, a oitava das diversas correntes de opinião – disse.

Entre os participantes estão o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos e o secretário Nacional de Direitos Humanos e presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Nilmário Miranda. Ainda serão convidados representantes dos magistrados, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, da Ordem dos Advogados do Brasil e do Fundo das Nações Unidas para a Infância.

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Cirilo Quartim  
**Circulação e Atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

### Agência Senado

**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Marcos Magalhães e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

## Para Alvaro Dias, PEC paralela traz poucos avanços

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) justificou ontem os votos favoráveis da oposição, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), à Proposta de Emenda à Constituição nº 77/03, a chamada PEC paralela, que altera a reforma da Previdência. Ele disse que embora os avanços trazidos tenham sido mínimos, não havia no momento outra alternativa para mudar a proposta de reforma. Frisou, no entanto, que a aprovação da PEC paralela "não é motivo de comemorações".

Em sua opinião, a PEC paralela continua tão devastadora no que diz respeito aos direitos adquiridos dos servidores quanto a primeira proposta do governo, a PEC 67/03, e lamentou que a base governista tenha descartado contribuições importantes até mesmo quanto à gestão administrativa da Previdência. Al-



Fotos: Roosevelt Pinheiro

**CONTRIBUIÇÃO** Alvaro criticou a base governista por não aceitar propostas à reforma

varo Dias citou como exemplo emenda do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) que instituiu o registro único de cadastramento, e que evitaria desperdícios e corrupção.

O senador destacou ainda a contribuição de especialistas, como auditores ligados ao Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco), que ofereciam opções diferenciadas para melhorar a receita da Previdência, como o aumento da alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) do sistema financeiro.

sustentam a ordem democrática brasileira.

– É precisamente por esse motivo que a reforma política é chamada, por alguns, de a mãe de todas as reformas. Pois se estamos a falar de democracia e de Estado democrático de direito, é preciso assegurarmos, em primeiro lugar, a efetividade de nosso sistema representativo, condição primeira para qualquer experiência que se queira democrática – argumentou.

Papaléo abordou a questão da constância e da falta de critérios para a mudança de partidos pelos parlamentares e afirmou que não defende a vedação da troca de legenda, nem a continuidade do atual sistema. "O que parece claro aos olhos de todos é a urgência que temos em enfrentar esse problema", assinalou.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) disse que Papaléo estava tranqüilizando o país ao propor este debate.



**MELHORIA** O senador disse que o Brasil precisa aperfeiçoar as instituições democráticas

## Papaléo propõe amplo debate sobre reforma política no país

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) propôs ontem um amplo debate sobre a necessidade de realizar uma reforma política que permita o aperfeiçoamento das instituições que

## ORDEM DO DIA

Empréstimo que beneficiaria a prefeitura teve a urgência retirada pelo Plenário

# CCJ examinará operação para cidade de São Paulo

O empréstimo de US\$ 100,4 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) à prefeitura de São Paulo terá que ser examinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado. Apesar dos argumentos do líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), na sessão plenária de ontem, a maioria dos senadores presentes decidiu extinguir o regime de urgência para a matéria e verificar se o projeto de resolução atende aos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

As principais linhas de argumentação contra a urgência e o conteúdo do projeto foram: a possibilidade de o empréstimo estar ferindo a lei; de levar ao aumento abusivo do endividamento da prefeitura; de perpetuar uma injustiça de tratamento em relação às demais cidades brasileiras, em favor de São Paulo; e de servir ao aumento de caixa para gastos destinados a reeleger a prefeita Marta Suplicy (PT) no ano que vem.

Mercadante procurou expli-

car que o empréstimo já havia sido previsto na renegociação da dívida da prefeitura com a União, concluída e aprovada pelo Senado em 2001. E que um parecer da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) garante a legalidade da operação. Para o senador Jefferson Péres (PDT-AM), há dúvidas sobre se a responsabilidade fiscal está sendo ferida, uma vez que a operação elevará o comprometimento das receitas com o pagamento da dívida do município acima do limite previsto na própria renegociação com o governo federal. O requerimento de extinção da urgência foi apresentado pelos integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde a matéria havia sido aprovada na última terça-feira.

O empréstimo será destinado ao Programa de Reabilitação da Área Central do Município de São Paulo. Estão previstas obras viárias e a recuperação de prédios habitacionais. O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) apresentou parecer favorável



**PEDIDO** Mercadante tentou sensibilizar os senadores para a aprovação da operação

ao empréstimo, destacando que o custo total do programa será de US\$ 167,40 milhões. A contrapartida nacional de US\$ 67 milhões viria do caixa do Tesouro municipal e da iniciativa privada.

O Plenário também decidiu adiar a votação do parecer ao projeto de lei (PLS nº 52/02) que estabelece a aplicação obrigatória de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

## Senadores apontam privilégio para a capital

As críticas ao projeto de resolução autorizando o empréstimo à prefeitura de São Paulo começaram ontem, em Plenário, com o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Acusando a operação de ser eleitoreira e representar um privilégio a São Paulo, em detrimento de outras cidades, o senador pediu a extinção do regime de urgência para a votação da matéria, o que acabou ocorrendo.

– Não é certo a União avalizar esse empréstimo. A prefeita Marta Suplicy disse que vai gastar tudo, provavelmente para a

sua reeleição. O governo não atende os servidores públicos e ainda comete injustiça com o resto do Brasil – protestou o senador.

Autor do requerimento para que a matéria fosse examinada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) – o que não é praxe –, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) disse estar preocupado com as notícias de que a dívida da prefeitura já equivale a 240% da sua receita.

– É preciso ver se isso não fere a Lei de Responsabilidade Fiscal. E como a primeira parcela só será paga daqui a seis anos e

meio, o ônus não recairá sobre a prefeita, mesmo que seja reeleita – advertiu Jefferson.

Para o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), o empréstimo se destinaria ao "embelezamento de São Paulo". Na opinião do senador Osmar Dias (PDT-PR), as obras seriam um "espelho para as eleições de outubro de 2004". Além disso, não haveria justificativa para tratamento diferenciado para São Paulo.

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) chamou a atenção para as carências do seu estado e a dificuldade que enfrenta para obter empréstimos.

## Congresso Nacional aprova crédito de R\$ 781 milhões para saúde

O Congresso Nacional aprovou ontem a liberação de créditos suplementares no valor total de R\$ 781,8 milhões, destinados ao Ministério da Saúde. No entanto, por falta de quórum, a sessão foi encerrada, a pedido do deputado federal Ricardo Barros (PP-PR).

Pouco antes, o senador Paulo

Octávio (PFL-DF) tentou negociar alguns pontos da pauta com Ricardo Barros, mas foi impossível impedir o encerramento da sessão. O líder do governo no Congresso, senador Amir Lando (PMDB-RO), manifestou desaprovção com a atitude do deputado. Em pauta, havia ainda a liberação de créditos de quase R\$ 2 bilhões a

diversos ministérios e estatais.

O senador José Agripino (PFL-RN) criticou o ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, que, após uma concordância inicial, rejeitou a sugestão apresentada pelo PFL, de incluir na PEC paralela isenção da taxa de inativos para idosos com mais de 75 anos.



# Renan sugere alterações na reforma tributária

Entre as mudanças propostas está a redução do ICMS sobre cesta básica e insumos agrícolas

O líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), anunciou ontem que entregou formalmente ao líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), documento contendo sugestões do seu partido para a reforma tributária. Entre os pontos enumerados pelo PMDB para a negociação está a definição de que o fim da guerra fiscal somente ocorra na data da promulgação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 74/03, que trata da reforma do sistema tributário.

Outro tema que o PMDB pretende negociar com o governo, segundo Renan, é a antecipação para o começo do próximo ano da redução das alíquotas

do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente sobre os produtos da cesta básica, os insumos agrícolas, a energia elétrica utilizada pelos consumidores de baixa renda e os medicamentos.

Renan informou que outra proposta do seu partido tem como objetivo beneficiar os municípios. Lembrando que a perspectiva levantada há alguns dias era a de que o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) teria um acréscimo de R\$ 1,8 bilhão, e que esta semana foi definido que este valor seria reduzido para R\$ 1 bilhão no próximo ano, o senador por Alagoas comunicou que o PMDB aceitará esta redução para 2004, contanto que no ano seguinte o FPM tenha uma elevação de R\$ 2 bilhões.

Em aparte, o senador José Agripino (PFL-RN) elogiou a postura do PMDB em tentar negociar aperfeiçoamentos na reforma tributária.

## Arthur Virgílio destaca papel desempenhado pela oposição

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), destacou ontem, em Plenário, o papel desempenhado pela oposição nos avanços obtidos nas propostas de reformas tributária e da Previdência. Segundo o senador, a oposição foi vitoriosa perante a opinião pública ao apontar os itens que prejudicavam a sociedade.

Arthur Virgílio elogiou, especialmente, a atuação dos senadores Tasso Jereissati (PSDB-



Senador diz que nova oposição é mais responsável

CE) e Rodolpho Tourinho (PFL-BA), que têm colaborado com modificações na reforma tributária.

O senador reafirmou que a posse de Lula permitiu que a nação conhecesse uma nova oposição, com mais responsabilidade e compromisso com a sociedade. E disse que, a depender dele, o governo Lula "será fustigado sempre". Ele conclamou os senadores a se posicionarem de forma mais enfática em relação ao governo.



AUMENTO Para Eduardo, alguns pontos da reforma tributária aumentam os impostos no país

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) classificou de "atrocidade" o aumento de carga tributária que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva está pretendendo promover com alguns dispositivos da reforma tributária, como o aumento da alíquota da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) de 3% para 7,6%, conge-

lamente da tabela de Imposto de Renda Pessoa Física e aumento do Imposto sobre Serviços (ISS).

lamente da tabela de Imposto de Renda Pessoa Física e aumento do Imposto sobre Serviços (ISS).

– Não posso aceitar esse descalabro, porque estamos indo na contramão do mundo inteiro que baixa impostos para promover desenvolvimento e geração de empregos. Essa história de aprovar alíquota pequenina ou imposto provisório,

alegando que a diferença é mínima, é conversa fiada, porque logo depois o governo aumenta a alíquota ou torna permanente o imposto – disse.

Eduardo lembrou que a Cofins começou com uma alíquota de 0,5% e agora o governo quer aumentá-la para 7,6%. Ele citou reportagens publicadas no jornal O

Estado de S. Paulo, mostrando que os contribuintes desembolsarão entre R\$ 7 bilhões e R\$ 10 bilhões a mais, em função do aumento da Cofins, segundo cálculos de especialistas.

Conforme o senador, as escolas que não poderão aumentar suas mensalidades em 2004, por causa da Cofins, terão que cortar projetos pedagógicos e fazer demissões.



COLETIVA Renan Calheiros, Mercadante e Romero Jucá anunciaram mudanças na reforma tributária

## Ajustes no Fundo de Desenvolvimento

Em entrevista coletiva concedida ontem, os líderes do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), do PMDB, Renan Calheiros (AL), e o relator da reforma tributária, senador Romero Jucá (PMDB-RR), apresentaram os ajustes feitos à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 74/03, que envolvem, entre outros pontos, o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR). Com recursos estimados em cerca de R\$ 2 bilhões, esse fundo teria seus investimentos canalizados para estados e municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

De acordo com Mercadante, o FDR é a contrapartida necessária para que haja o fim da guerra fiscal entre os estados e, conseqüentemente, a unificação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

(ICMS), que é um tributo estadual. Renan considera que a orientação pelo IDH, que é medido pela Organização das Nações Unidas (ONU), vai trazer qualidade aos gastos do FDR para atingir sua finalidade, ou seja, reduzir as desigualdades regionais. Ele explicou que os recursos do fundo serão investidos na melhoria da infraestrutura das regiões carentes.

Do total de recursos, Mercadante explicou que 25% serão repassados para os municípios, por meio de convênios com os estados, obedecendo também o critério do IDH.

Outra novidade anunciada pelos senadores é a garantia de que o governo federal vai encaminhar ao Congresso, num prazo de 180 dias a partir da promulgação da emenda, um projeto de lei complementar insti-

tuindo uma política industrial que beneficie as regiões mais pobres do país.

– A redução das desigualdades regionais sempre foi defendida pelo governo, o que precisa ser feito por meio da regionalização do crédito e dos investimentos do orçamento – declarou Mercadante. Para ele, só por meio de uma política industrial, a diminuição das desigualdades pode ser feita de maneira permanente.

– O PMDB sempre alertou para a necessidade de a reforma ser feita com cuidado. Caso contrário poderíamos inclusive agravar as desigualdades regionais – disse Renan. Ele lembrou que a destinação dos recursos do FDR é uma das maiores reivindicações dos governadores e senadores de estados de regiões mais pobres do país.

## Senado vota atualização de tributo municipal

O Senado vota hoje, em turno suplementar, o substitutivo do senador Romero Jucá (PMDB-RR) ao projeto de lei da Câmara (PLC nº 70/02) que atualiza a base de cobrança do Imposto sobre Serviços (ISS).

Na sessão de ontem foi aprovado destaque do senador Aelton Freitas (PL-MG) que isenta da cobrança do ISS as casas lotéricas e bingos,

apesar do voto contrário do relator.

– As casas lotéricas e bingos atuam em quase todos os municípios do país, empregam pessoas e já contribuem, por lei, com 50% de seu faturamento para obras sociais. Se mais 10% de ISS ainda incidirem sobre eles, será uma carga insuportável – disse Aelton.



DEFESA Aelton Freitas é autor da emenda que isenta do ISS as lotéricas e bingos

## Eduardo protesta contra aumento de impostos

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) classificou de "atrocidade" o aumento de carga tributária que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva está pretendendo promover com alguns dispositivos da reforma tributária, como o aumento da alíquota da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) de 3% para 7,6%, conge-

lamente da tabela de Imposto de Renda Pessoa Física e aumento do Imposto sobre Serviços (ISS).

– Não posso aceitar esse descalabro, porque estamos indo na contramão do mundo inteiro que baixa impostos para promover desenvolvimento e geração de empregos. Essa história de aprovar alíquota pequenina ou imposto provisório,

alegando que a diferença é mínima, é conversa fiada, porque logo depois o governo aumenta a alíquota ou torna permanente o imposto – disse.

Eduardo lembrou que a Cofins começou com uma alíquota de 0,5% e agora o governo quer aumentá-la para 7,6%. Ele citou reportagens publicadas no jornal O

Estado de S. Paulo, mostrando que os contribuintes desembolsarão entre R\$ 7 bilhões e R\$ 10 bilhões a mais, em função do aumento da Cofins, segundo cálculos de especialistas.

Conforme o senador, as escolas que não poderão aumentar suas mensalidades em 2004, por causa da Cofins, terão que cortar projetos pedagógicos e fazer demissões.

## REFORMAS

Comissão de Justiça aprova substitutivo de Tião Viana, que incorpora mudanças ao texto da Previdência. Senadores de diferentes partidos elogiam o entendimento e Sarney defende promulgação até o fim do ano



Roosevelt Pinheiro

**APLAUSO** Presidente da CCJ, Lobão cumprimentou a todos que participaram da aprovação

## Entendimento é elogiado pelos senadores

A aprovação da chamada PEC paralela foi elogiada por senadores de todos os partidos integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O relator, senador Tião Viana (PT-AC), disse que o texto representa o acordo partidário e reflete o esforço das entidades dos servidores públicos.

O presidente da CCJ, Edison Lobão (PFL-MA), cumprimentou a todos que participaram da aprovação da emenda.

O líder do PMDB, Renan Calheiros (AL) também aplaudiu a PEC paralela e destacou o empenho de seu partido e do senador Paulo Paim (PT-RS) em alcançar as mudanças na reforma. Paim agradeceu e reafirmou o avanço constitucional do entendimento.

José Agripino (RN), líder do PFL, concordou com os ganhos da paralela. Também Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, considerou positivo o resultado obtido. Demostenes Torres (PFL-GO) concordou em votar a paralela, mas disse temer pela regra de subtetos diferenciados, preocupação compartilhada por Jefferson Péres (PDT-AM).

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e Pedro Simon (PMDB-RS) expressaram satisfação pelo acordo e Serys Shlessarenko (PT-MT) destacou a conquista dos servidores. José Jorge (PFL-PE) lamentou que as bancadas não tenham compartilhado os acertos e Alvaro Dias (PSDB-PR) lamentou que as emendas à PEC principal tenham sido recusadas. Para Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) "o regime democrático nos ensina a aceitar quando não acatam alguma proposta nossa".

# Governo cede, líderes fecham acordo e proposta paralela passa na CCJ

Depois de quase dois meses de negociações, o governo fez uma última concessão e os líderes partidários do Senado concordaram com a redação da emenda paralela da Previdência. Em poucas horas, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) se reuniu extraordinariamente e aprovou o parecer do senador Tião Viana (PT-AC), que apresentou novo texto substitutivo da emenda paralela.

A última concessão se deu nas normas de transição entre o atual e o futuro sistemas de aposentadorias no serviço público. Foi reduzido em dez anos o tempo de serviço público para quem optar pela transição. Até quarta-feira passada, o governo exigia que só teria direito à transição quem tivesse 35 anos de serviço público – agora, aceitou 25 anos, desde que a pessoa tenha trabalhado ou-

tros dez anos em empresas privadas ou públicas, pagando contribuição ao INSS.

Os líderes partidários da base do governo e das oposições decidiram ainda que a emenda paralela terá uma tramitação rápida – apenas o independente PDT não concordou em suprimir alguns dos prazos regimentais para votação.

– Não vamos atrapalhar, mas também não vamos concordar em suprimir prazos previstos no regimento. O PDT ainda vai apresentar emendas, mas votará a favor – disse o líder do PDT, Jefferson Péres (AM).

Por sua vez, o relator Tião Viana afirmou que "prevaleceu o entendimento de que a proposta só traz benefícios aos servidores públicos". Ele prevê que a reforma da Previdência será votada em segundo e último turno até o final desta quinzena, sendo promulgada pelos

presidentes do Senado e da Câmara. A seguir, os senadores votarão a emenda paralela, que introduz as alterações negociadas com os senadores.

A proposta contém sete pontos principais de grande interesse dos servidores públicos, aposentados e pensionistas com doenças incapacitantes, donas-de-casa, trabalhadores do mercado informal e deficientes físicos. Ela devolve aos atuais servidores a chamada paridade salarial quando eles se aposentarem (reajustes idênticos para ativos e inativos), retirada pela reforma da Previdência. Permite que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) cobre alíquotas menores de donas-de-casa e trabalhadores informais. Lei complementar reduzirá o tempo de serviço para que deficientes físicos possam se aposentar.

O líder do PFL, senador José



Célio Azevedo

**APROVAÇÃO** Proposta só traz benefícios aos servidores, afirma Tião Viana

Agripino (RN), tem sugerido como caminho para acelerar a tramitação da proposta paralela a realização de sessões extraordinárias à noite, após as sessões normais.



Waldemir Rodrigues

**ESPÍRITO PÚBLICO** Para Sarney, acordo demonstra que política é a arte do possível

## Sarney: Senado realizou "avanço extraordinário"

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem, dos líderes partidários e do presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Edison Lobão (PFL-MA), o texto da proposta de emenda à Constituição (PEC) paralela para aperfeiçoar a reforma da Previdência, que acabava de ser aprovado pela CCJ. Sarney considerou a negociação "um avanço extraordinário".

– O acordo corrige alguns as-

pectos e, se não é o ideal, demonstra que a política é a arte do possível. A Casa dá mais uma demonstração de equilíbrio e espírito público na harmonização dos conflitos. Dizia-se que o Senado não ia alterar a reforma da Previdência. Modificou bastante e, com a participação da sociedade e das associações de servidores, chegamos a este consenso – afirmou.

Sarney acredita na promulgação pelo Congresso Nacional

das duas PECs – a original e a paralela – ainda este ano.

– O presidente da Câmara, deputado João Paulo, me disse que há vontade política para que, o mais rapidamente possível, possa tramitar a PEC paralela, o que foi um compromisso para que possamos promulgar a reforma da Previdência até o fim do ano, atendendo à solicitação da sociedade e melhorando a proposta primitiva – esclareceu.

### ▼ O que a emenda paralela muda na reforma da Previdência

O que é chamado de emenda paralela da Previdência (PEC nº 77/03) é uma emenda constitucional comum, em que estão as mudanças aceitas pelo governo à reforma da Previdência, no Senado. Ela foi imaginada para evitar que a reforma receba mudanças, o que obrigaria seu reenvio à Câmara, onde já foi votada. Assim, a reforma será promulgada depois da votação em segundo turno pelos senadores, enquanto a proposta paralela seguirá para exame dos deputados. A paralela:

\* volta a conceder paridade aos

atuais servidores, quando eles se aposentarem, desde que tenham completado 20 anos de serviço público, sendo dez anos na carreira e cinco no mesmo cargo. A reforma da Previdência tira a paridade ativos-inativos.

\* Permite alíquotas menores (ainda não definidas) de contribuição ao INSS para trabalhadores sem vínculo empregatício e donas-de-casa. O prazo de carência para os benefícios também será menor.

\* Autoriza a adoção de requisitos e critérios especiais para aposentadoria de portadores de deficiência.

\* Concede prazo de 60 dias para que os governadores enviem projetos às assembleias elevando seus salários, caso eles sejam baixos. O máximo será o salário de desembargador.

\* Dobra os valores dos limites de isenção para efeito de cobrança da alíquota da Previdência de 11% de aposentados e pensionistas, desde que eles tenham doenças incapacitantes. Lei definirá quais são essas doenças. Assim, aposentado estadual com doença incapacitante só pagará 11% sobre o que passar de R\$ 2.400, aposentado federal sobre R\$ 2.880

e qualquer pensionista sobre R\$ 4.800.

\* Prevê controle social, com representantes do Ministério Público, Legislativo e Judiciário na sua gestão. Haverá ainda censo previdenciário a cada cinco anos.

\* Estabelece transição para quem começou a trabalhar muito cedo. Quem completar 30/35 anos de serviço (mulher/homem), sendo 25 no funcionalismo, terá reduzido um ano na idade 55/60 anos (mulher/homem) para cada ano excedente trabalhado.

# Comissão vai debater ingresso do Brasil na Alca

**Audiência que será promovida pela Comissão do Mercosul reunirá os principais negociadores do país**

O ingresso do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (Alca) será debatido em audiência pública no primeiro semestre de 2004, pela Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPCM), reunindo os principais negociadores brasileiros. A proposta aprovada ontem, de iniciativa do presidente da comissão, deputado Doutor Rosinha (PT-PR), recebeu apoio dos integrantes do colegiado depois que vários parlamentares se



**REAÇÃO** Pedro Simon pede arquivamento de projeto que convoca plebiscito

manifestaram contra parecer da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) favorável a realização de um plebiscito sobre a entrada do país no bloco comercial.

Pelo relatório da senadora, a consulta à população seria feita após a conclusão das negociações para a criação da Alca e antes dos textos finais do acordo serem enviados para a discussão no Congresso. O senador Jefferson Péres (PDT-AM) foi o primeiro a se pronunciar contra o parecer. "Tenho minhas dúvidas sobre a utilidade do plebiscito", disse o parlamentar, para quem a complexidade do assunto poderia dificultar o entendimento da maioria da população. Ele afir-

mou não ter dúvidas de que o governo está levando em consideração os interesses nacionais nos entendimentos sobre o novo mercado.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS), vice-presidente da comissão, propôs que a matéria fosse arquivada diante das incertezas que, na sua avaliação, ainda pairam sobre o resultado das negociações. Segundo ele, a aprovação da realização do plebiscito poderia parecer uma provocação aos Estados Unidos, reforçando especulações sobre as divergências entre Brasília e Washington em política internacional.

Já o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) voltou a defender o projeto de lei do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que dá ao Congresso Nacional prerrogativas para também decidir sobre acordos internacionais.

### Tráfego internacional

A comissão aprovou ainda, na reunião de ontem, acordo entre Brasil e Argentina para o combate ao tráfego de aeronaves supostamente envolvidas em atividades ilícitas internacionais. Foi aprovado também requerimento para realização de seminário em Curitiba entre os presidentes de assembleias legislativas para discutir a representatividade política no Mercosul. Outro requerimento aprovado propõe debates sobre a exploração sustentável do Aquífero Guarani.



**AVALIAÇÃO** Analistas pertencentes a várias instituições comentam na CRE principais pontos do relatório

## Lançado Observatório da Cidadania

O Relatório Observatório da Cidadania 2003 foi lançado ontem, durante audiência pública promovida pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Ao destacar a importância do documento, o senador Flávio Arns (PT-PR) considerou que "a análise do relatório não deve se restringir ao meio acadêmico, envolvendo ainda os movimentos sociais". Já o vice-presidente da comissão, senador Marcelo Crivella (PL-RJ), comentou o empenho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em promover a geração de emprego e o crescimento da economia.

Também presente ao evento, a socióloga Amélia Cohn, presidente do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec), afirmou que, "se não

se presta à avaliação do primeiro ano do atual governo, o relatório não deixou de se inspirar nas expectativas de mudança social suscitadas pela vitória" do presidente Lula nas eleições de 2002. "Caso persista a condução da política social como compensatória das desigualdades na economia, vamos continuar reproduzindo o que se faz há séculos e fragmentando a sociedade", advertiu.

As expectativas dos analistas econômicos em relação ao governo Lula foram analisadas por Fernando Cardim de Carvalho, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Ele revelou "a frustração do segmento" quanto à não realização de mudanças na política econômica, focadas no combate ao desemprego e na retomada

do desenvolvimento, à ausência de medidas para reduzir a vulnerabilidade externa da economia brasileira e à não implementação de uma política redistributiva. Grande parte do desconforto dos críticos de Lula tem sido a falta de definição nessas três áreas – assinalou Cardim. Diante das críticas do relatório ao governo petista, o secretário-adjunto do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Jairo Jorge da Silva, sustentou que a manutenção da estabilidade macroeconômica é pré-condição de um modelo de desenvolvimento sustentável e de longo prazo. Não obstante, reconheceu que o Observatório da Cidadania é fundamental para o governo ajustar os rumos de sua política.

## Voto de aplauso a João Paulo II tem aprovação

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem parecer favorável do senador Marco Maciel (PFL-PE) a requerimento apresentado pelo líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), solicitando voto de aplauso pelos 25 anos de pontificado do papa João Paulo II.

Outro voto de aplauso acolhido pelo colegiado foi apresentado por Arthur Virgílio e se destina à advogada iraniana

Shirin Ebadi, ganhadora do Prêmio Nobel da Paz. Também foi acolhido requerimento do senador Marcelo Crivella (PL-RJ) propondo audiência pública com o ministro da Defesa, José Viegas Filho, sobre o reaparelhamento da Força Aérea Brasileira (FAB).

Quatro projetos de decreto legislativo sobre acordos internacionais ainda receberam pareceres favoráveis da CRE e seguem para o Plenário.



**INICIATIVA** Maciel propõe a manifestação do Senado pelos 25 anos de pontificado



## Ministras discutem ampliação dos direitos da mulher

As ministras Emilia Fernandes, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, e Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, participaram ontem da abertura do segundo dia do "Encontro Nacional de Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos da Mulher", realizado no auditório do Interlegis, do Senado.

De acordo com Emilia Fernandes, o encontro marca o início da mobilização para a Conferência Nacional dos Conselhos Estaduais, em maio do ano que vem, visando à plena implantação do Programa Nacional de Prevenção, Assistência e Combate à Violência contra a Mulher.

– Aqui no Brasil os dados são alarmantes: a cada 15 segundos, uma mulher sofre violência sexual, psicológica ou física no país, e a maioria das agressões ocorre em sua própria residência – observou a ex-senadora.

Já a ministra Matilde Ribeiro afirmou que o evento contribuiu para evitar o isolamento dos conselhos, resultando numa melhor conexão entre os níveis municipal, estadual e nacional, e influenciando na determinação da política pública para os direitos das mulheres. Ela ressaltou a importância do encontro para o fortalecimento das ações locais e a discussão de metas previstas no Plano Plurianual (PPA).

José Cruz

Waldemar Rodrigues

Waldemar Rodrigues

# Heloísa quer solução para dívidas dos agricultores do semi-árido



Roosevelt Pimheiro

■ Senadora adverte que produtor que tomou até R\$ 15 mil de crédito não consegue repactuar débitos

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) fez um apelo ao governo federal no sentido de que resolva o problema dos pequenos produtores do semi-árido nordestino que não estão conseguindo repactuar suas dívidas referentes a crédito agrícola de até R\$ 15 mil. Ela lembrou

que na ocasião da aprovação, pelo Senado, da medida provisória que tratava do tema, apresentou emenda garantindo esse direito, mas a bancada governista não aceitou, por entender que o texto aprovado era suficiente para garantir a repactuação dessas dívidas.

– Não pude sequer destacar as minhas emendas porque o requerimento Roosevelt Pimheiro foi derrubado de pronto. Apelei até para que a intenção do legislador fosse registrada em ata, pois quando existe dúvida no texto, a intenção é

um mecanismo que pode ser utilizado para esclarecer qualquer interpretação indevida. Mas a arrogância cega não permitiu – afirmou Heloísa Helena.

Há 20 dias, informou a parlamentar, houve uma reunião entre técnicos do Ministério da Fazenda e alguns senadores para discutir uma solução para o problema. Ela sugeriu que poderia ser redigida uma resolução interpretando a matéria ou o governo poderia enviar uma outra medida provisória para resolver a questão.

## Pavan pede que governo apóie os municípios

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) pediu que o governo libere verbas em caráter emergencial destinadas ao pagamento do 13º salário pelas prefeituras do interior. O senador sugeriu, por exemplo, que seja liberada uma parcela do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e uma parcela da Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF).



Roosevelt Pimheiro

**Pavan quer verba emergencial para pagar 13º salário**

Conforme Pavan, há prefeituras em Santa Catarina concedendo férias coletivas de até 45 dias para economizar recursos e assim pagar o 13º. Ele atribuiu o “tom ríspido” de alguns de seus discursos à sua preocupação com o quadro difícil vivido pelos municípios e com a população pobre.

– O governo está comemorando conquistas deste ano como a reforma da Previdência e o aumento da arrecadação, mas as prefeituras, as micro e pequenas empresas e os funcionários públicos terminam o ano chorando – lamentou o senador.

## Comissão aprova grupos parlamentares

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem a criação de sete grupos parlamentares. Desse total, seis são objeto de projetos de resolução do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) e referem-se ao intercâmbio comercial, cultural e político a ser mantido entre Brasil e Malásia, Líbia, Ucrânia, Grécia, Irã e Taiwan.

O colegiado deu seu aval ainda a projeto do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) que instituiu o Grupo Parlamentar Internacional do Café. A iniciativa tem a finalidade de proteger o setor cafeeiro nacional e desenvolver as relações entre os Legislativos de países produtores de café. A primeira reunião do grupo deve ocorrer em abril de 2004, no Brasil, por ocasião da Conferência Mundial do Café.

**ALTERNATIVA** Governo poderia resolver problema com medida provisória, sugere Heloísa

## Mozarildo cobra definição de política fundiária em RR

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) solicitou ao grupo interministerial que está trabalhando na definição da política fundiária de Roraima para que apresse a conclusão dos trabalhos. Segundo ele, a falta de decisão sobre o que será permitido fazer em cada área vem travando o desenvolvimento do estado.

– Não se pode esperar atrair atividades empresariais para um estado em que um pedaço de terra pode ser desapropriado amanhã, porque ficou decidido pelo governo que sua vocação é outra. Há 30 anos que lutamos por essa política fundiária – protestou ele.

Mozarildo disse que é preciso atender interesses dos índios, dos defensores de reservas ecológicas, dos colonos assentados e, sobretudo, levar em consideração a defesa geoestratégica do país, protegendo as regiões próximas às fronteiras brasileiras.

O grupo interministerial dispõe de prazo até o fim deste



Roosevelt Pimheiro

**OBSTÁCULO** Para Mozarildo, falta de definição afugenta novas atividades empresariais

ano para apresentar seus pareceres. Para Mozarildo, se isso acontecer, o desenvolvimento econômico e social de Roraima “vai explodir”, porque o estado tem energia segura e barata, comprada da Venezuela, bem como boas estradas asfaltadas.

O senador já havia denunciado que o Ministério Público do estado ordenou a evacuação de Pacaraima, cidade na fronteira com a Venezuela. O MP teria alegado que as terras pertencem a uma reserva indígena.

## Maguito presta solidariedade ao povo palestino

Ao registrar a passagem do Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino, transcrito no dia 29 de novembro, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) manifestou ontem sua posição contrária à construção de um muro separando a Palestina em duas partes. Ele pediu à Organização das Nações Unidas (ONU) que intervenha e interrompa não só a construção do muro, mas também determine o fim da expansão de assentamentos israelenses em terras palestinas.

– Em tempos em que todas as nações civilizadas têm como objetivos o respeito aos direitos humanos e o repúdio ao preconceito e à segregação, assistimos a cenas de horror, sanguinárias e desumanas praticadas pelo governo e pelo Exército de Israel contra o povo palestino – afirmou Maguito Vilela.



Roosevelt Pimheiro

**ATTITUDE ONU** deve impedir muro separando a Palestina, defende Maguito Vilela

Na avaliação do senador, o povo palestino, hoje, além de ter os seus direitos usurpados, inclusive o direito de ir e vir, vive o drama da humilhação, do constrangimento, dos massacres, da expulsão dos próprios lares e ainda é obrigado a assistir à construção do muro separando suas terras. Ele classificou a justificativa para construir o muro, a de proteger Israel, como demagógica, já que o país dispõe de um dos mais poderosos e sofisticados exércitos do mundo.

Em aparte, o senador José Jorge (PFL-PE) lembrou que, enquanto a guerra prosseguir, os dois lados perdem e inocentes sofrem.

## Jefferson Péres questiona visita de Lula à Síria e à Líbia

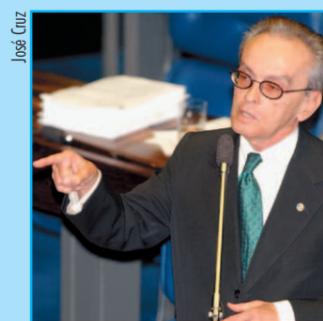
O senador Jefferson Péres (PDT-AM) afirmou ontem que o Ministério das Relações Exteriores deveria ter mais cuidado na definição dos países a serem visitados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No caso dos países do Oriente Médio, que Lula está visitando, Jefferson concordou com a inclusão do Egito, do Líbano e dos Emirados Árabes

no roteiro e com a exclusão de Israel, mas discordou da presença do presidente na Síria e na Líbia. Na opinião do senador, Lula deveria evitar visitas a ditaduras e fez bem em não visitar Israel, “que pratica o terrorismo de Estado”.

Jefferson também disse que não entende por que o Irã não foi incluído, uma vez que detém enorme relevância na eco-

nomia mundial. Ele destacou a importância do presidente assumir o papel de um “superministro do exterior”, reforçando a presença do Brasil no cenário internacional e produzindo efeitos comerciais imediatos.

– As gafes cometidas aqui e ali são algo tão irrelevante que não se deve levar em conta – afirmou, desejando que a viagem tenha bom êxito.



José Cruz

**CONCORDÂNCIA** Exclusão de Israel do roteiro do presidente foi elogiada por Jefferson

# Empresas de telefonia afirmam que cumprem metas de universalização

■ **Companhias se defendem durante audiência na Subcomissão das Agências Reguladoras**

Representantes das empresas Grupo Telefônica do Brasil, Telemar e Brasil Telecom expuseram ontem, durante audiência pública na Subcomissão das Agências Reguladoras, sua defesa quanto a relatório da Controladoria Geral da União, segundo o qual não estariam cumprindo metas de universalização determinadas pelo governo.

Os representantes das empresas sustentaram que houve má interpretação das exigências da legislação, com o que concordou o representante da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Edilson Ribeiro dos Santos.

Santos informou que a Anatel já aplicou um total de R\$ 45 milhões em multas às operadoras pela falta de cumprimento dessas metas e disse acreditar que houve inexperiência e erro de interpretação da legislação no trabalho realizado pela Con-

troladoria Geral da União. "Em 67% dos casos houve erro de interpretação da legislação e 35% dos problemas apontados ainda estão em exame."

Durante sua exposição, o secretário federal de Controle Interno da Controladoria Geral da União, Clerêncio Rosas Azevedo, informou que foram feitas várias fiscalizações em lotes de municípios por sorteio, sendo encontrados muitos problemas de falta de cumprimento das metas de universalização.

O vice-presidente adjunto do

Grupo Telefônica do Brasil, Jonas de Oliveira Júnior, informou que a empresa, que atua em São Paulo, foi a primeira a antecipar as metas de universalização. Já o vice-presidente de estratégia e regulamentação da Telemar, Ivan Ribeiro de Oliveira, afirmou que, até 2002, "foram investidos R\$ 20 bilhões na expansão e qualidade dos serviços, tendo 92% do crescimento se concentrado nas classes C e D". O vice-presidente de Relações Internas da Brasil Telecom, Jorge de Moraes Jardim

Filho, garantiu o cumprimento das metas pela empresa.

A presidente da subcomissão, senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), disse que acesso a telecomunicação significa acesso à informação, imprescindível para o desenvolvimento do país.

O senador Aelton Freitas (PL-MG) destacou que o objetivo da discussão do assunto no Senado não é punir nem criticar as empresas de telecomunicações, e sim encontrar soluções que favoreçam a população.



**POLÊMICA** Dirigentes do setor de telecomunicações criticam relatório da Controladoria Geral da União



**SUGESTÃO** Para José Jorge, novo modelo energético deve ser tratado em projeto de lei

## José Jorge é contra MP para energia

O senador José Jorge (PFL-PE) pediu à ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, e ao ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, que o governo federal não utilize medida provisória para propor o novo modelo brasileiro do setor de energia elétrica. Se isso ocorrer, afirmou o parlamentar, será um grande desrespeito ao Legislativo, especialmente ao Senado.

Em discurso feito ontem, no Plenário, o representante pernambucano afirmou que as MPs chegam ao Senado sempre com o prazo de tramitação (de 60 dias) já vencido, o que prejudica a discussão na Casa. Para ele – que já foi ministro de Minas e Energia –, não se deve enviar ao Congresso Nacional uma medida "de altíssima responsabilidade e grande complexidade" a menos de uma semana para o término do ano legislativo.

José Jorge solicitou que o novo modelo energético proposto pelo governo seja encaminhado ao Congresso por meio de projeto de lei, e disse que a tramitação pode até ser feita em regime de urgência, desde que seja possível discutir o assunto.

A intenção do governo de enviar o novo modelo do setor de energia elétrica por meio de medidas provisórias foi divulgada ontem pela imprensa. De acordo com o noticiário, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve assinar duas MPs sobre o tema no próximo dia 11.

Em aparte, o líder do bloco governista, senador Tião Viana (PT-AC), afirmou que o apelo de José Jorge pode ser acolhido pelo governo.

## Pesquisadores defendem estudo sobre transgênicos

As Comissões de Educação (CE) e de Assuntos Sociais (CAS) deram seqüência ontem ao debate, com pesquisadores e especialistas, sobre os produtos transgênicos e a biossegurança. Dos cinco convidados, quatro defenderam os transgênicos, o pleno domínio pelo Brasil da tecnologia de ponta

dos produtos geneticamente modificados e a canalização de mais recursos para a pesquisa. Apenas o economista David Hathaway discordou do plantio de transgênicos e advertiu que "essa nova onda biotecnológica poderá trazer mais exclusão social e piorar a já agonizante situação dos pequenos agriculto-

res".

O senador Osmar Dias (PDT-PR), presidente da Comissão de Educação, disse que a questão dos transgênicos é complexa e exige que a comunidade científica brasileira dê a palavra final sobre o assunto. Ele voltou a pedir ao governo mais recursos para a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

O senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) defendeu a regulamentação da transgenia, desde que sejam levados em conta a saúde humana, a preservação do meio ambiente e o aspecto rentável do empreendimento comercial. Já o senador João Tenório (PSDB-AL) pediu a criação de uma legislação de segurança destinada a preservar a população que venha a consumir produtos transgênicos.

O professor de Genética da

Universidade de São Paulo (USP) Ernesto Paterniani advertiu que, se os alimentos convencionais vendidos nos supermercados brasileiros fossem submetidos a uma rigorosa avaliação, muitos seriam retirados das prateleiras por apresentarem problemas à saúde.

O biólogo-molecular da Embrapa Francisco Aragão defendeu a intensificação das pesquisas no país e a aprovação de uma legislação que permita aos cientistas e pesquisadores brasileiros terem condições de desenvolverem seus projetos. Robinson Pitelli, da Universidade Estadual Paulista (Unesp), disse que a agricultura moderna passa, necessariamente, pela transgenia, enquanto o professor Rubens Onofre, do Ministério do Meio Ambiente, garantiu que o governo está empenhado em regulamentar o assunto.



**DISCUSSÃO** Em audiência conjunta, CAS e CE voltaram a debater ontem a questão dos produtos geneticamente modificados

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos e Romeu Tuma